

CAPACIDADE DE RESPOSTA À CRISE E MERCADOS EXTERNOS DÃO ÂNIMO À ADVOCACIA DE NEGÓCIOS EM 2012

■ Dizem os manuais que qualquer crise traz sempre consigo novas oportunidades. Apesar do momento adverso que a economia portuguesa atravessa, entre os “players” do sector da advocacia ligados ao apoio jurídico às empresas, a ideia que mais persiste é a de que a actual conjuntura está a oferecer, apesar de tudo, várias saídas para a actividade das sociedades de advogados. Mais ainda, é consensual que a maioria dos escritórios organizados de forma societária tem sabido adequar-se aos tempos difíceis. Assim, estas estruturas preparam-se para, ao longo de 2012, mostrar a sua capacidade de resiliência, continuando a apostar nos mercados internacionais e dando seguimento aos novos desafios colocados pelas privatizações, pelas reestruturações e pelas novas reformas na área da Justiça.

Perante um cenário de crise persistente a nível interno, a internacionalização e o reforço das exportações por parte das empresas nacionais foram transformados na pedra de toque para a criação de riqueza no País. Apostar noutros mercados e reforçar o volume de vendas no exterior é o que se pede aos empresários portugueses. Dar o necessário apoio legal aos clientes, cá dentro ou lá fora, é a missão dos assessores jurídicos.

PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO É PARA CONTINUAR

A crise constitui um espaço de oportunidades e um factor de diferenciação. Sendo certo que não são perspectivadas grandes mudanças no comportamento do mercado de advocacia em Portugal, o sector não deixará de continuar a

adaptar-se às novas solicitações da actual conjuntura económica, ao mesmo tempo que procurará expandir-se para mercados que lhe permitam aceder a novas fontes de receitas, especialmente no Brasil, nos países africanos onde se fala o português e noutras economias emergentes, como a China.

A internacionalização é, pois, uma das apostas que em 2012 se manterá crucial na estratégia de desenvolvimento das sociedades de advogados portuguesas. Ao longo dos últimos três a quatro anos essa tendência tem vindo a ser seguida, quer através da abertura de espaços próprios em países estrangeiros, quer através da criação de redes de escritórios ou de parcerias um pouco por todo o mundo.



“A INTERNACIONALIZAÇÃO É UMA DAS APOSTAS QUE EM 2012 SE MANTERÁ CRUCIAL NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS PORTUGUESAS.”

A realidade mostra que hoje já não são apenas os países de expressão portuguesa que suscitam o interesse das sociedades de advogados nacionais. A presença, própria ou através de acordo com outros escritórios faz-se sentir nos diferentes continentes do globo, com novas apostas em países como a Índia, ou em regiões como a África francófona, a América do Sul, a Europa de Leste.

“As crises são também momentos de oportunidade. Para se ser mais eficiente, para se apostar na inovação e criatividade, para buscar novos desafios de internacionalização”, evidencia, sob a forma de conclusão, o responsável de uma sociedade de advogados.

REALIDADE POUCO DISTINTA NO MERCADO INTERNO

Se a internacionalização e o sector exportador prometem ser focos de trabalho na área do apoio jurídico ao longo deste ano, também é de esperar, de acordo com a opinião de diversos “players” do sector, que 2012 seja de continuidade face ao ano que o precedeu. Fruto de uma conjuntura económico-financeira adversa, o contencioso, as reestruturações, a cobrança de dívidas e os litígios no campo laboral vão continuar a dar que fazer aos advogados. Depois, as mudanças legislativas impostas pela troika - Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia - além de se traduzirem em reformas estruturais, contemplam a adopção de novos quadros legais que obrigarão os assessores jurídicos a reforçar a componente de apoio às empresas suas clientes.

Numa perspectiva de alguma normalidade e no quadro do euro, é de admitir que as dificuldades de 2011 se vão manter e agravar, permanecendo inalterado, de forma substancial, o perfil de trabalho levado a cabo pelas sociedades de advogados, sustentam alguns



dos “players” do sector. Apesar disso, adiantam os mesmos protagonistas, o mercado da advocacia praticada por sociedades de advogados, sobretudo as de dimensão média ou de maior relevância, tem sabido reagir à crise, adaptando-se ao novo enquadramento e gerando novos equilíbrios.

Assim, a expectativa para o mercado de advocacia português ao longo deste ano é de que a capacidade de reacção se mantenha e os equilíbrios alcançados permaneçam e se fortaleçam. “As sociedades de advogados que tenham uma estrutura de custos racional, que tenham crescido sem irracionalidades, acabarão por ter um 2012 positivo”, argumenta um “player” do sector.

A advocacia vai ver acentuadas as tendências do ano transacto, com eventual desenvolvimento das vertentes correlacionadas com a internacionalização do tecido empresarial português e actividades associadas com o Programa de Privatizações actualmente em curso. Depois da EDP, venda de participações públicas que se avizinham virão, com certeza, animar um pouco o ano de 2012, admitem alguns advogados ligados a estruturas societárias.

A área de contencioso também deverá continuar a aumentar a sua actividade. Perante as dificuldades na obtenção de crédito bancário, no aumento do preço da energia e das matérias-primas, as insolvências no sector empresarial, em especial na indústria, serão uma realidade a ter em conta. Até porque a

situação económica do nosso país tem também um enorme reflexo na advocacia.

“A evolução do mercado da advocacia está intimamente dependente da evolução da economia em geral. Sendo as perspectivas económicas pouco positivas para 2012, é inevitável que a advocacia seja afectada como tem sido nos últimos três anos. Em todo o caso, o maior impacto da conjuntura económica já foi absorvido pela maioria das firmas, que já fizeram o necessário ajustamento à nova realidade económica, o que as coloca em posição de poderem enfrentar com alguma confiança os desafios do próximo ano. A maioria das firmas, incluindo as de maior dimensão, já está ajustada ao nível dos seus recursos e estrutura de custos, a uma realidade económica menos favorável”, avança o responsável de uma sociedade de advogados portuguesa. ■

“FRUTO DE UMA CONJUNTURA ECONÓMICO-FINANCEIRA ADVERSA, O CONTENCIOSO, AS REESTRUTURAÇÕES, A COBRANÇA DE DÍVIDAS E OS LITÍGIOS NO CAMPO LABORAL VÃO CONTINUAR A DAR QUE FAZER AOS ADVOGADOS.”